



*DCN e BNC para a formação inicial e
continuada de professores:
concepções e desafios para as
universidades*

*Reunião Pedagógica – FEUSP
fevereiro de 2020*

Estrutura da nossa conversa

- **Antecedentes no campo da formação de professores**
- **Contexto e origens da proposta**
- **Interesses e marcas das novas (?)
Diretrizes**
- **Questões que ficam...**
- **O que fazer ?**

Pano de fundo:

- **No contexto pós-golpe de 2016, de intensificação da política neoliberal, o MEC buscou rever a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e as políticas de formação e postergando as datas de sua implantação.**
- **O pacote que vem sendo preparado para/contra educação passa pela privatização, pelo controle extremo e fim da autonomia e pela precarização e sucateamento de todos os níveis educacionais no país.**

Pano de fundo:

- **Medidas desse contexto na Educação Superior :**
 - **fim do FIES e financiamento pelo mercado;**
 - **parcerias público-privadas;**
 - **venda do patrimônio imóvel;**
 - **captação de recursos pelas universidades;**
 - **fechamento ou fusão de universidades;**
 - **reitorias formadas apenas por gestores;**
 - **criação de “tribunais” para avaliar a postura dos professores em sala de aulas;**
 - **demissão por “falta de desempenho” e incentivo à demissão voluntária;**
 - **fechamento de cursos de ciências humanas;**
 - **professores contratados sem concurso.**

Começando pela final...

- **Ao longo da história da educação brasileira, a formação de professores foi deixada nas mãos da iniciativa privada, que encontrou na licenciatura a forma mais fácil de expansão e aumento de capital, sem preocupar-se com a qualidade.**

Começando pela final...

- **Censo da Educação Superior de 2018 – Matrícula em cursos de licenciatura:**
 - **50,2% em cursos a distância**
 - **49,8% em cursos presenciais**

 - **62,4% em IES privadas - 69,2% EaD**
- 30,8% presencial
 - **37,6% em IES públicas - 18,6% EaD**
- 81,4% presencial

Antecedente 1:

- **LDB 9394/1996 = poucos avanços – preconiza a formação em nível superior e manteve, por 10 anos, a possibilidade da formação em nível médio, na modalidade Normal, para a docência na EI e EFI = o prazo terminou em 2007 e em 2019 , essa lei ainda não tinha sido cumprida.**

Antecedente 2:

- **Em 2002 foram promulgadas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, por meio da Resolução n.1 do CNE/CP.**
- **Nos anos seguintes foram aprovadas pelo CNE as diretrizes curriculares para cada curso de licenciatura.**
- **Previu-se a criação de institutos superiores de educação nas instituições não universitárias para oferta de licenciaturas em curso Normal Superior, visando à docência polivalente na EI e anos iniciais do EF.**

Antecedente 2:

- **DCN de 2002 foram elaboradas e instituídas de acordo com as perspectivas e recomendações dos organismos internacionais como o BM e a OCDE**
- **Nas DCN, o termo “competência(s)” aparece 23 vezes.**

Antecedente 3:

- **Nova Resolução CNE/CP nº 2, de 2015 estabeleceu novas regras para a formação inicial de professores e gestores, para atuar em todas as etapas e modalidades da educação básica**
- **As licenciaturas passaram a ter a carga horária mínima de 3.200 horas, (400 hs para o estágio supervisionado e 400 hs de pcc, para garantir a necessária articulação teoria-prática.)**

Antecedente 3:

- **Essa resolução representou um grande avanço na promoção de uma formação mais crítica, reflexiva e inclusiva ao incorporar aspectos a serem tratados de forma transversal em todos os cursos de licenciatura:**
 - **direitos humanos,**
 - **diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional,**
 - **língua brasileira de sinais (Libras),**
 - **educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**

Antecedente 3:

- **Tem caráter progressista, sem focar a formação no atendimento à demanda do mercado de trabalho. Defende:**
 - **articulação teoria e prática,**
 - **uma sólida base teórico-pedagógica interdisciplinar,**
 - **articulação entre a formação inicial e continuada, entre as instituições formadoras e as instituições de educação básica.**
 - **Foi resultado de trabalho colaborativo entre CNE, coletivos governamentais e não governamentais, profissionais da educação, entidades acadêmicas e sindicais, movimentos sociais etc.**
 - **Vinculação às deliberações da Conferência Nacional de Educação 2010/2014 e ao PNE 2014.**

Antecedente 3:

- **Dossiê organizado por Dourado e Tuttman apresenta os relatos de 15 universidades brasileiras sobre seus processos de construção dos projetos institucionais de formação à luz da Resolução CNE/CP 02/2015 (UFRJ, UFJF, UFRPE, UNICAMP, UFG, UESF, UFU, UFAC, FURG, UFGD, UFPE, UERJ, PUC-GO)**

(Formação em Movimento, nº 2, 2019)

Antecedente 4:

- **Em dez/2018 o MEC apresentou a Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica visando revisar as diretrizes dos cursos de pedagogia e licenciaturas para alinhá-los à BNCC.**
- **Em nov/2019 o CNE aprovou o Parecer 22/2019, revogando a Resolução n° 2/2015.**

**Qual o interesse do CNE em trocar a
Deliberação CNE 02/2015
por essa proposta de
Resolução CNE novembro de 2019?**

**Por que substituir uma resolução (que
ainda está sendo implementada nas IES)
por outra?**

Características da proposta:

- **A nova resolução foi elaborada SEM DIÁLOGO com as instituições formadoras, especialmente as faculdades de educação das universidades públicas e com os programas de pós-graduação em educação.**
- **Total desprezo pelo conhecimento científico produzido no país sobre a formação dos professores, o exercício da docência e sobre a escola básica brasileira**

Características da proposta:

- **Contrapõe-se, portanto, à concepção de formação docente que professores, entidades, universidades, escolas e sindicatos vêm defendendo historicamente (e que já estava normatizada na Resolução nº 2/2015 do CNE,) e não foi apresentada nem discutida amplamente, configurando seu caráter impositivo e arbitrário.**

Características da proposta:

- **Desmonte dos cursos de formação de professores em nível superior,**
- **Aprofundamento do processo de desprofissionalização da carreira docente,**
- **Visão “praticista” da docência, por meio da padronização curricular com foco na prática,**
- **Desconsidera a autonomia das universidades ao padronizar os projetos curriculares dos cursos, alinhando-os à BNCC,**

Características da proposta:

- **Sustenta-se em pressupostos, princípios e valores fundados na lógica mercadológica que tem caracterizado a educação superior privada – minimizar os gastos e maximizar os lucros,**
- **Articula-se exclusivamente à prática ao segmentar conteúdos e metodologias e fazer alteração dos eixos formativos de maneira prescritiva,**
- **Pauta a formação em competências socioemocionais e inverte a lógica da profissão docente.**

Para o enfrentamento político

- I. Não é possível entender a formulação dessas novas diretrizes sem articulá-las com o cenário de desvinculação dos percentuais constitucionais destinados à educação e a imposição de medidas que privilegiam os setores privatistas da educação.**

Para o enfrentamento político

- 2. As novas Diretrizes submetem a formação de professores à BNCC, que é um instrumento de padronização de competências, conteúdos e habilidades, que esvazia a função social da escola e seu sentido público, numa concepção meramente pragmática e utilitarista.**

Para o enfrentamento político

- 3. A formação é centrada no desenvolvimento das competências socioemocionais e habilidades, com ênfase na prática e menosprezo da dimensão teórica.**

Expressa uma concepção do professor como executor técnico prático e reduz a docência a habilidades práticas e saberes esvaziados de teoria

Para o enfrentamento político

- 4. Tem como marca a ausência de problematização do social**
- 5. Didática de caráter geral e Estágio Curricular Supervisionado desaparecem**
- 6. Igualmente desaparece o ENSINO – o foco está na APRENDIZAGEM**
- 7. Também não há qq menção à avaliação – será substituída pela avaliação externa ?**
- 8. O esvaziamento da FI faz par com a valorização dada à FC, que será ofertada pelas IES e fundações privadas.**

E agora ?

- **As universidades públicas do RJ manifestam-se contra a reformulação da resolução CNE/CP N° 2 DE 2015.**
- **O que farão as universidades públicas paulistas?**
- **O que fará a USP ?**
- **E o que fará a FEUSP ?**

Indicações de subsídios ao tema

1) Dossiê organizado por Dourado e Tuttmann sobre relatos de 15 universidades brasileiras referentes aos processos de construção dos projetos institucionais de formação à luz da Resolução CNE/CP 02/2015

Formação em Movimento, n° 2, 2019

2) Vínculos institucionais da Comissão Bicameral formuladora do Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum da Formação Docente, Brasil – 2019

Olinda Evangelista, Letícia Fiera e Mauro Titton* – Para o UàE – 14/11/2019

<http://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/>

3) SILVA, Vandrê Gomes da; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de (Coord.). **Ação docente e profissionalização:** referentes e critérios para formação. Textos Fundação Carlos Chagas - FCC, vol. 44, abr. 2015. São Paulo: FCC/SEP, 2015.